

Paço andreense rompe contrato no Cine Lyra

Por descumprimento de termo, empresa que prestava serviço de reforma no espaço de Paranapiacaba foi multada e suspensa

FÁBIO MARTINS

fabiomartins@dgabc.com.br

O governo do prefeito de Santo André, Carlos Grana (PT), rescindiu contrato vigente com a Flasa Engenharia e Construções Ltda, que presta

va serviços de reforma no antigo Clube Lyra, em Paranapiacaba. O rompimento foi publicado ontem no *Diário Oficial*. Os gastos com as obras giram em torno de R\$ 1 milhão. Os recursos foram obtidos em 2008, no último ano da gestão

do ex-prefeito João Avamileno (PT), porém o chefe do Executivo subsequente, Aidan Ravin (PSB), responsável pelo processo de licitação, em 2011, não conseguiu cumprir as exigências burocráticas.

As intervenções ficaram pa-

realizadas por mais de um ano durante a administração passada. Havia convênio com o Ministério da Cultura para restauro do conjunto arquitetônico. A empresa, segundo a Prefeitura, iniciou a obra e não apresentou qualificação técnica para sua execução, o que levou à sua interrupção.

No período de abandono, o equipamento ficou exposto ao tempo, o que provocou a degradação do patrimônio. O custo para restauração do prédio chegou a aumentar 45% por conta da situação irregular da obra, que deveria ter sido concluída em 2012. Diante do problema, o Paço aplicou sanção de suspender a participação da empresa em qualquer contrato pelo prazo de dois anos e multa de R\$ 98 mil.

A gestão argumentou que está finalizando novo convênio com o governo federal, por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas, para pleitear recursos para a retomada e finalização da obra. Representantes da empresa não foram localizados para comentar o assunto.

Governo Grana segue 'engessado' por G-12, que impõe nova derrota

LEANDRO BALDINI

leandrobaldini@dgabc.com.br

O G-12, ala de vereadores independentes de Santo André, emplacou novo entrave ontem para a administração do prefeito Carlos Grana (PT). Desta vez, a derrota imposta se deu sobre o projeto do Executivo que previa criação de cargos e funções gratificadas nos Cesas (Centros Educacionais de Santo André), barrada desde o fim do ano passado.

Líder do governo, José de Araújo (PMDB), prevendo derrota na Casa, sugeriu adiamento da matéria por duas sessões, a fim de promover audiência com a Prefeitura para "explicar melhor" a proposta. Porém, o G-12 fez valer da maioria e impôs adiamento por 30 sessões, que pode chegar até três meses.

Um dos líderes do bloco, Donizeti Pereira (PV) justificou que a medida visou impedir cenário pior para o governo. "Muitos vereadores queriam dar pau nesse plano. Para evitar isso e dar tempo a Prefeitura explicar melhor possibilitamos esse adiamento, que pode ser revisto", argumentou o verde.

Já Araújo optou por minimizar novo fracasso na Casa, salientando que trata-se de uma fase. "Estamos em uma nova legislatura na Câmara e esse posicionamento de mais embate é normal, embora acho que essa postura não leva a nada. O respeito entre parlamentares precisa existir", alegou o peemedebista.